



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAPARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

RITA DE CÁSSIA DA SILVA SIMÕES

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: A realidade do ensino remoto para surdos no município de Píripituba/PB.

JOÃO PESSOA

2020

RITA DE CÁSSIA DA SILVA SIMÕES

**EDUCAÇÃO NA PANDEMIA:
A realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB.**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa, Polo Duas Estradas, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação do(a) Prof.(a). Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

S593e

Simões, Rita de Cássia da Silva.

Educação na pandemia : a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB / Rita de Cássia da Silva Simões. – 2020.

20 f.

Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila. Nóbrega.

1. Ensino remoto – Pirpirituba/PB. 2. Processo de ensino-aprendizagem – Dificuldades. 3. Pandemia. 4. Língua portuguesa - Ensino. 5. Alunos surdos.

CDU 811.134.3:37.018.43

RITA DE CÁSSIA DA SILVA SIMÕES

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

**A realidade do ensino remoto para surdos no município de
Pirpirituba/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba (IFPB), para
obtenção do título de Especialista em
Ensino de Língua Portuguesa como 2ª
Língua para Surdos.

João Pessoa, 18 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



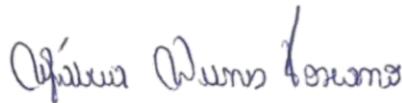
Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega

Orientador – IFPB



Profa. Ma. Rosilene Silva Marinho

Avaliadora – UFPB



Profa. Dra. Mábia Nunes

Toscano Avaliadora – IFAP

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: A REALIDADE DO ENSINO REMOTO PARA SURDOS NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB

Rita de Cássia da Silva Simões¹

Paulo Vinícius Ávila Nóbrega²

Resumo: O surto pandêmico do novo Coronavírus impôs muitas mudanças sociais devido à necessidade do confinamento. Diante disso, as escolas precisaram adotar uma nova dinâmica educacional aderindo ao ensino remoto, acontecimento que dificultou ainda mais o acesso à educação por alunos surdos. As inquietações latentes acerca desse tema nos levaram à realização do presente estudo. Uma pesquisa de campo, de caráter descritivo, realizada a distância através de entrevistas com os membros do corpo docente das escolas e da gestão educacional da cidade de Pirpirituba/PB. Com base em dados levantados no município, e em consultas aos estudos de alguns autores, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar de que maneira a pandemia da Covid-19 mudou o cenário das salas de aula e criou ainda mais barreiras para a educação e ensino de línguas para surdos no município. Os resultados obtidos através do estudo demonstram alunos sem contato social escolar, problemas existentes no desenvolvimento linguístico e no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, que são advindos antes mesmo da pandemia. O isolamento social dificulta ainda mais a vida escolar dessa comunidade, que tem a Libras como L1, que está em fase de aprendizado da Língua Portuguesa como L2 e que superou tantos obstáculos e barreiras históricas para ter direito à aquisição e exercício da linguagem.

Palavras chave: Pandemia; Pirpirituba; Educação; Surdos.

Abstract: The new Coronavirus pandemic outbreak imposed many social changes due to the need for confinement. Given this, schools needed to adopt a new educational dynamic adhering to remote education, an event that made access to education even more difficult for deaf students. The latent concerns about this theme led us to carry out this study. A descriptive field research, carried out at a distance through interviews with the members of the teaching staff of the schools and educational management in the city of Pirpirituba / PB. Based on data collected in the municipality, and in consultation with studies by some authors, this research was developed with the aim to analyzing how the Covid-19 pandemic changed the classroom scenario and created even more barriers to education and language teaching for the deaf in the municipality. The results obtained through the study demonstrate students without school social contact, problems existing in the linguistic development and in the teaching-learning process of deaf students, which are caused even before the pandemic. Social isolation makes the school life of this community even more difficult, which has Libras as L1, which is in the stage of learning the Portuguese language as L2 and which has overcome so many historical obstacles and barriers to be entitled to the acquisition and exercise of language.

Keywords: Pandemic; Pirpirituba; Education; Deaf.

¹ Cursando Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como L2 para Alunos Surdos (IFPB).

² Doutorado em Linguística, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFPB (PROLING), com estágio-sanduíche na UNICAMP. Professor do Departamento de Letras da UEPB.

1 INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras mudanças ocorridas na sociedade por causa da pandemia da Covid-19, este estudo foi desenvolvido com o objetivo geral de analisar de que maneira a pandemia da Covid-19 mudou o cenário das salas de aula e criou ainda mais barreiras para a educação e ensino de línguas para surdos no município de Pirpirituba-PB. Além disso, de modo específico buscamos verificar como esses alunos têm sido assistidos durante esse período de distanciamento social; conhecer algumas adaptações que as escolas do município tenham realizado para a educação desses surdos; entender as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos do município, quanto à inclusão escolar na pandemia. Para isso, trazemos como exemplos os dados coletados na região em questão, uma pequena cidade que fica no interior da Paraíba.

Consideramos importante mencionar parte do contexto histórico marcado por dificuldades e lutas por direitos, que permeia a educação de surdos, até chegarmos ao ano atual, o ano de 2020, que trouxe o temido contágio pelo novo Coronavírus, acontecimento que ficará marcado não só pelo grande número de vítimas fatais que essa doença conseguiu fazer, mas também por um grande atraso e reviravolta na Educação, uma área que teve que se reinventar para se adaptar ao “novo normal” imposto pela pandemia. Com isso, a difícil história da Educação de surdos no Brasil ganhou mais uma página.

Sem sombras de dúvidas, os mais afetados pela solução emergencial encontrada para não parar a Educação durante a pandemia, as aulas remotas, foram os alunos surdos, que, em sua maioria, não têm acesso às tecnologias. Como já foi aqui citado, por ser uma solução emergencial, muitas questões importantes deixaram de ser avaliadas pelos órgãos responsáveis, a exemplo das condições sociais, linguísticas e cognitivas desses alunos que foram submetidos a esse novo jeito de ensinar e aprender. Por isso, consideramos de importante relevância essa discussão, pois como afirmam Shimazaki, Menegassi e Fellini, (2020, p. 02), “a educação de surdos e o ensino remoto apresentam-se como debates precisos e contínuos, principalmente quando ambos se entrecruzam”.

Ressaltamos que a comunidade surda, ao longo de sua história, vem rompendo barreiras ideológicas, enfrentando preconceitos e buscando cada vez mais ter a voz que tanto precisa na sociedade: a voz que ecoa através das suas mãos. Ainda de acordo com Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020, p. 02), “ao se ofertar o ensino remoto, a exclusão desses alunos torna-se mais um agravante diante da pandemia e das condições impostas e requeridas a muitos deles”.

No âmbito da educação de surdos, o aprendizado da língua é o fator principal para que esses indivíduos possam se conectar ao mundo, ou seja, não existe interação com outras áreas do conhecimento, ou com a sociedade, sem que antes o sujeito surdo passe pela experiência de conhecimento e apropriação da língua. Com base nessa concepção, buscamos informações que apresentem a realidade de dois alunos surdos do município de Pirpirituba-PB, em fase de alfabetização, cujas características são descritas ao longo do texto.

Os resultados obtidos são expostos e discutidos, a partir das respostas dadas às perguntas feitas aos integrantes do corpo docente das escolas, como também aos membros da gestão educacional do município, em uma entrevista realizada via aplicativo de mensagens. Esses procedimentos metodológicos foram seguidos, de acordo com as normas de distanciamento social.

Esses resultados foram associados a estudos desenvolvidos por alguns pesquisadores, que serviram como aporte teórico para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa. A exemplo disso, trouxemos Quadros e Schmiedt (2006), no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa para surdos; Pasini, Carvalho e Almeida (2020), nas reflexões do ensino durante a pandemia; Honora e Frizanco (2009), no tocante ao contexto histórico da Língua de Sinais; Albres e Neves (2014), nas reflexões sobre a formação de profissionais para o ensino de alunos surdos, entre outros textos e autores que nortearam e deram base ao presente estudo.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo, com predominância da abordagem qualitativa, na apresentação dos dados e tecer dos fatos. De acordo com Freitas e Prodanov (2013, p. 52), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, através de questionário, ou observação sistemática.

Seguimos as etapas de uma pesquisa de campo que são descritas por Freitas e Prodanov, em Metodologia do trabalho Científico (2013). Iniciamos com a realização de uma pesquisa bibliográfica, sobre o tema em questão, buscando saber conhecer o assunto, quais outras pesquisas e trabalhos já foram realizados a seu respeito. Assim, pensamos como realizar a coleta de dados, como registrar e analisar as informações obtidas.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar (FREITAS; PRODONOV, 2013, p. 59). Para o

levantamento de dados, consultamos membros do corpo docente das escolas e integrantes da gestão educacional do município. As informações foram obtidas através de um questionário contendo cinco (05) perguntas, que serviram como base para as entrevistas, que foram realizadas a distância, entre os dias 16 de setembro e 28 de outubro de 2020. Cumprindo o protocolo de distanciamento social, as entrevistas aconteceram exclusivamente por aplicativo de mensagens.

Tivemos acesso à realidade de dois alunos surdos matriculados na rede municipal de ensino, do município de Pirpirituba. Os nomes desses surdos serão preservados e nos reportaremos a eles como aluna A e aluno B. A aluna A, como já aponta a desinência de gênero no artigo e no substantivo, é do sexo feminino, tem 8 anos de idade e está matriculada no terceiro ano do Ensino Fundamental. O aluno B, do sexo masculino, cursa o sétimo ano do Ensino Fundamental, tem 22 anos de idade e apresenta limitações cognitivas e Transtorno do espectro autista. Os dois alunos estudam em escolas distintas.

Através das informações obtidas, buscamos expor e analisar como tem sido a realidade do ensino remoto para esses alunos surdos, especificamente durante a pandemia da Covid-19, vinculando a realidade dos dados levantados à complexidade dos fatores sociais da região.

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS E PANDEMIA

A educação é um direito garantido a todo e qualquer cidadão, independente de raça, cor, religião ou classe social. No entanto, desde os primórdios, a comunidade surda enfrenta preconceitos e desafios para receber uma educação digna e de qualidade, como afirmam Honora e Frizanco (2009, p. 19):

Na Antiguidade, a educação dos Surdos variava de acordo com a concepção que se tinha deles. Para os gregos e romanos, em linhas gerais, o Surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava, não era humano. Não tinham direito a testamentos, à escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes. Até o século XII, os Surdos eram privados até mesmo de se casarem. Certa vez, Aristóteles afirmou que considerava o ouvido como o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o Surdo fosse visto como incapacitado para receber qualquer instrução naquela época.

A obtenção de um espaço na sociedade foi algo que o surdo foi conquistando, ao longo dos anos. Através da inclusão e de suas constantes lutas, essa comunidade foi alcançando a validação dos seus direitos, dentre eles, o direito à educação, um processo que, apesar de ter chegado a tantos avanços, ainda caminha a passos lentos. Cláudia Dutra, Secretária da Educação Especial do MEC/SEESP, no livro “Ideias para ensinar Português para alunos

surdos” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 07), afirma que “a educação constitui direito de todos os cidadãos brasileiros, surdos ou não, e cabe aos sistemas de ensino viabilizar as condições de comunicação, que garantam o acesso ao currículo e à informação”.

O fato é que existe uma problemática por parte dos sistemas de ensino, no que diz respeito à viabilização de comunicação, que garanta o acesso do indivíduo surdo ao currículo e à informação. O surdo que tem a Libras como sua primeira língua (L1) viu, por muitos anos, a marginalização de sua forma de comunicação, e, por isso, enfrenta obstáculos até hoje para interagir e conviver em sociedade, por ter que enfrentar um sistema que, de certa forma, negligencia seus direitos.

Todo aluno surdo tem direito à alfabetização inicial em sua primeira língua (no Brasil, a Libras), para depois ter acesso ao aprendizado de uma segunda língua (no Brasil, a Língua Portuguesa - L2). Além disso, tem direito à convivência em um ambiente escolar bilíngue, com professores bilíngues, ou o auxílio de intérpretes tradutores de Libras, um direito que lhes é assegurado pela lei 13.146/2015, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. Ainda segundo Cláudia Dutra, Secretária da Educação Especial MEC/SEESP:

A Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa são as línguas que permeiam a educação de surdos e se situam politicamente enquanto direito. A aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa pela criança surda. O ensino da língua de sinais e o ensino de português, de forma consciente, é um modo de promover o processo educativo (in QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 07-08).

Por muito tempo, o indivíduo surdo foi discriminado, desrespeitado e obrigado a praticar a oralização. Essa comunidade enfrentou muitos preconceitos para, somente depois, ter direito a um espaço na sociedade e à educação, de acordo com Honora e Frizanco (2009, p 21):

No século XVII, era percebido o grande interesse que os estudiosos tinham pela educação dos Surdos, principalmente porque tinham descoberto que esse tipo de educação possibilitava ganhos financeiros, pois as famílias abastadas que tinham descendentes Surdos pagavam grandes fortunas para que seus filhos aprendessem a falar e escrever.

Quando nos referimos à educação de surdos, primordialmente, prezamos pelo ensino-aprendizagem das línguas L1 e L2, que são a base para que esse indivíduo possa interagir com as outras ciências sociais e com a própria sociedade. O francês, clérigo e educador Charles

Michel de L'Épée desenvolveu um trabalho filantrópico, que o fez ficar conhecido como “o pai da educação pública para Surdos”. Através da LSF (Língua de Sinais Francesa) ele contribuiu grandiosamente para o acesso de pessoas surdas à educação pública e gratuita. Graças a personagens como L'Épée e às incansáveis lutas dos surdos e seu corpo social no mundo inteiro, a língua de sinais, hoje, é considerada a língua natural da comunidade surda, no entanto, nem sempre foi assim.

Sabemos que o histórico da comunidade surda é de lutas e enfrentamentos para ter seus direitos validados, e, nos dias atuais, com a proposta de inclusão, o surdo está inserido diretamente na sociedade, embora ainda haja um imenso trabalho pela frente. Integrantes da comunidade surda ocupam cargos públicos e exercem várias profissões, inclusive a de professor, tudo isso através da educação, direito que lhe foi negado por tantos anos. Segundo Albres, Arruda e Vilhalva (2014, p. 18):

Apesar do reconhecimento legal, na esfera social, ainda há muito que se fazer para a queda de mitos sobre as pessoas surdas e sobre a língua de sinais, o que justifica a necessidade de investimento em formação inicial, continuada e em serviço para professores, quando da intenção de consolidação de uma educação bilíngue.

Mesmo em meio aos ares da “inclusão”, é inegável que o acesso à educação por pessoas surdas continua sendo uma problemática, algo que se agravou ainda mais durante a pandemia do novo Coronavírus, que eclodiu no mundo no início do ano de 2020. Por se tratar de um vírus altamente contagioso e letal, a Covid-19, como é conhecida a doença causada pelo vírus, trouxe com ela a imposição do isolamento social como forma de proteção. O mundo precisou parar literalmente para tentar conter o avanço da doença.

Consequentemente, as portas de diversas instituições de ensino foram fechadas por tempo indeterminado. Isso fez com que as aulas presenciais fossem suspensas sujeitando as escolas a um “novo normal”, no qual os professores recorrem ao ensino remoto, para tentar suprir a necessidade de aprendizado do alunado, buscando não perder totalmente o ano letivo. Quanto a isso, Pasini, Carvalho e Almeida (2020, p. 02) afirmam que:

Apesar do fato ser terrível e estar prejudicando o ensino e a aprendizagem, a suspensão das aulas é medida essencial para se evitar a propagação da contaminação, tendo em vista que a escola é um ambiente de natural contato.

No entanto, o que já é difícil para alunos ouvintes, torna-se ainda pior para os alunos surdos, levando em consideração que as aulas *on-line* são apenas um paliativo para a crise educacional instaurada durante a pandemia. Diante de uma alternativa de caráter emergencial,

que é o ensino remoto, muitas escolas e profissionais da Educação não se encontravam preparados para ministrar aulas virtuais, preparar material didático para tal modalidade de ensino e, muito menos, assistir os alunos a distância, principalmente os surdos.

Foi preciso, de fato, que as escolas e docentes elaborassem estratégias de ensino emergenciais, para garantir a continuação das aulas, evitando a perda total do ano letivo de 2020 pelos alunos. As soluções encontradas foram: a ministração de aulas ao vivo, através de aplicativos que abrem salas de reunião, com participação simultânea; gravação de videoaulas explicando os conteúdos dos livros, que são repassadas para os alunos através de aplicativos de mensagens; em casos mais extremos, em que o aluno não possui acesso às tecnologias, os professores têm preparado as atividades para que a família, ou os próprios alunos, peguem na escola.

Os alunos surdos do município de Pirpirituba-PB, e, acreditamos que a grande maioria deles, diante de suas diferenças, têm se encaixado na última alternativa, a qual tem como característica a impressão das atividades para serem realizadas em suas residências. Esses alunos têm ficado prejudicados diante dessa nova rotina de ensino, uma vez que não participam das aulas *on-line* síncronas e não têm acesso às videoaulas gravadas. Com isso, perdem a explicação direta da professora, ou do professor, sobre os conteúdos. Só lhes resta a ajuda das famílias e, muitas delas, com pouquíssimo ou nenhum conhecimento sobre a Língua Portuguesa e a Libras.

Para participar das aulas síncronas, é necessário, primeiramente, ter acesso à internet. Para a melhor compreensão dos conteúdos, os professores precisariam traduzir para a Libras o que está sendo ministrado, ou estar em companhia de um intérprete tradutor da língua. Para compreender as videoaulas, seria necessário que houvesse também uma tradução, ou, no mínimo, uma legenda da fala. Essa segunda opção seria válida apenas para alunos surdos já alfabetizados em Libras e em Língua Portuguesa. Sabemos que, embora seja assegurada por lei, na prática, as instituições públicas de ensino estão muito longe de oferecer esse nível de inclusão.

4 PIRPIRITUBA E O ENSINO PARA SURDOS NA PANDEMIA

Para descrever um pouco da realidade sobre como está funcionando o ensino para alunos surdos, durante a pandemia, tomamos como exemplo o município de Pirpirituba-PB, que fica a aproximadamente 113 km de distância da capital do Estado da Paraíba. De acordo

com o IBGE³ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), atualmente, a cidade possui como população estimada o número de 10.584 habitantes. Não se sabe exatamente a quantidade de habitantes surdos no município, pois o site não informa. No entanto, sabemos que, de toda população, existem apenas 2 alunos surdos matriculados na rede municipal de ensino.

Durante a entrevista, no questionário aplicado aos membros do corpo docente das escolas e da gestão educacional, foram realizadas perguntas que serão expostas a seguir, com suas respectivas respostas seguidas de alguns comentários:

1. Quantos alunos surdos são matriculados na rede municipal de ensino e acompanhados pela sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Idade, série e perfil desses alunos?

Nos foi relatado que existem dois alunos surdos matriculados na rede municipal de ensino, os quais nos referimos como aluna A e aluno B. A aluna A, tem oito anos de idade e cursa o terceiro ano do Ensino Fundamental. O aluno B tem 22 anos de idade e é matriculado no sétimo ano do Ensino Fundamental.

Ambos pertencem à famílias de ouvintes, das quais nenhum integrante conhece a Libras. A aluna A mora, atualmente, na zona rural do município e, em tempos sem pandemia, além de participar das aulas junto aos demais alunos, ela é assistida na sala do AEE (Atendimento Escolar Especializado). O aluno B mora na zona urbana, além de ser surdo, possui uma limitação intelectual e o transtorno do espectro autista (TEA), ele já fez uso de aparelho auditivo, sem sucesso, e também é incluso na sala de aula com os demais alunos, com o auxílio de uma cuidadora.

Os alunos têm acesso à Libras?

As fontes consultadas nos informaram que os alunos não conhecem a Libras de fato. Acreditamos que um dos fatores que contribuem para isso é que, na rede municipal de ensino do município de Pirpirituba, não há tradutores/intérpretes de Libras, ou professores com formação acadêmica adequada e fluência em Libras para o ensino eficaz. Os profissionais da Educação que atuam no município dispõem de cursos básicos e rápidos de formação na área.

³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/pirpirituba.html>

Eles têm conhecimento apenas de noções básicas do uso de sinais simples, o que não configura uma formação bilíngue capaz de assistir com eficiência um aluno surdo.

Apesar de existirem leis respaldando e assegurando o uso efetivo da língua de sinais nos espaços educacionais, a exemplo do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, as leis não são cumpridas como deveriam ser, assim como afirmam Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020, p. 04):

Com essas implementações, acreditava-se que a inclusão dos surdos na rede regular de ensino seria respaldada pelo reconhecimento das diferenças linguísticas, entretanto, apresenta-se, ainda, como um desafio, a exigir dos educadores mudanças nas práticas pedagógicas, o que nem sempre ocorre adequadamente. As desvantagens dos surdos em relação aos ouvintes, no âmbito educacional, conseqüentemente, no acesso aos conhecimentos científicos, mesmo com a presença do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – TILS - em sala, têm se constituído em uma disparidade visível. Isto revela, portanto, que não basta apenas o movimento em prol do acesso e a permanência dos alunos surdos na escolarização, se a concepção oralista de ensino manteve suas raízes.

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 ainda afirma que, a partir de um ano de sua publicação, os sistemas e as instituições de ensino da Educação Básica e Superiores devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério, contudo, no município de Pirpirituba, para que esses alunos venham a ter contato direto com a Libras, é preciso que se desloquem até a capital do Estado para fazer acompanhamento em uma instituição especializada no ensino para pessoas com deficiência. Somente assim eles têm a oportunidade de serem alfabetizados na sua L1 e interagirem com pessoas da mesma comunidade a que pertencem: a comunidade surda. Quadros e Schmiedt (2006, p. 20) afirmam:

As crianças com acesso à língua de sinais desde muito cedo, desfrutam da possibilidade de adentrar o mundo da linguagem com todas as suas nuances. A língua de sinais vai ser adquirida por crianças surdas que tiverem a experiência de interagir com usuários de língua de sinais.

Mas, para eles, o primeiro contato com a língua foi através da Língua Portuguesa. O fato de não ter contato com outros usuários de línguas de sinais, no seu cotidiano escolar, de não terem recebido, desde cedo, uma formação adequada que respeite as suas diferenças linguísticas, os impede de se comunicar como deveriam e os coloca em uma esfera de exclusão social.

2. Os alunos são alfabetizados em Língua Portuguesa? Compreendem enunciados e atividades? Eles têm facilidade de interagir com os colegas e conviver em sociedade?

Segundo a gestão educacional, o aluno B nunca teve contato com a Libras, mas é alfabetizado em Português. Já a aluna A está em fase de alfabetização em Libras e Português, porém, não domina nenhuma das duas línguas. Compreende as atividades através de gravuras e jogos pedagógicos, iniciou o acompanhamento pela FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência) na cidade de João Pessoa, mas não deu continuidade ao atendimento. Perdeu a vaga por excesso de faltas, o que fez com que seu contato mais aprofundado com a Libras fosse perdido, permanecendo apenas a alfabetização em Língua Portuguesa, com base no ensino básico em Libras, que recebe na sala do AEE.

Nesse contexto, os alunos do município só têm direito ao ensino que a comunidade oferece. A L1 para eles está sendo a Língua Portuguesa, quando deveria ser a Libras, o que conseqüentemente provoca um comprometimento no seu desenvolvimento linguístico e cognitivo. Além disso, favorece a deficiência na escrita e leitura desses alunos, por não conseguirem fazer o processamento linguístico do Português para sua primeira língua, que deveria ser a Libras:

As relações cognitivas que são fundamentais para o desenvolvimento escolar estão diretamente relacionadas à capacidade da criança em organizar suas idéias e pensamentos, por meio de uma língua na interação com os demais colegas e adultos. O processo de alfabetização vai sendo delineado com base neste processo de descoberta da própria língua e de relações expressadas por meio da língua (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p 28).

É consideravelmente difícil para esses alunos organizarem suas ideias e pensamentos através de uma língua na interação com as demais pessoas, pois, sua forma de expressão natural tem sido negligenciada, (SKLIAR 2013, p.11) afirma que “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida”, nesse contexto, o ensino, apenas do Português escrito, não garante que esses indivíduos interajam em sociedade, que haja inclusão de fato. Para isso, é necessário que seja oferecido um ensino bilíngüe, no qual o aluno surdo tenha a Libras como primeira língua e o Português como segunda.

De acordo com (PATROCÍNIO E SANTOS 2018, p. 146) “O uso do conceito de diferença emerge enquanto categoria legitimadora de dois princípios reivindicatórios distintos e complementares: Identidade e Igualdade.” É necessário que essa alfabetização em Língua Portuguesa se adapte às diferenças linguísticas dos alunos, desde os métodos de ensino, até o material didático oferecido:

Sem conhecimento e domínio da língua de sinais, práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade dos surdos se perpetuam, a repercutir negativamente na sua formação e identidade linguística, por conseguinte, a retratar uma aquisição do português escrito de maneira fragmentada. Os

surdos não conseguem se apropriar da língua materna tampouco, adquirir uma segunda língua - L2, a tornar-se desafiador para si decodificar, compreender, interpretar e reter qualquer informação ou conhecimento (SHIMAZAKI; MENEGASSI; FELLINI, 2020, p 4).

3. Os professores responsáveis pela educação dos alunos surdos possuem formação em Libras, ou esses alunos dispõem de intérpretes tradutores de língua de sinais durante as aulas?

Quando questionados mais especificamente sobre isso, obtivemos como resposta que o corpo docente do município é formado por professores que possuem formação em diversas áreas, dentre elas: Especialização em Atendimento Educacional Especializado, Psicopedagogia e cursos que abrangem campos de estudo referentes à inclusão. No entanto, a formação dos professores, em Libras, contempla apenas o nível básico, ou seja, cursos de pouca duração, apenas para a apresentação da Libras e conhecimento de alguns sinais.

De acordo com a Lei Brasileira de inclusão (LBI, 2015, p, 21), os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na Educação Básica devem, no mínimo, possuir Ensino Médio completo e certificado de proficiência em Libras. Não há nenhum professor no quadro de docentes do município da nossa pesquisa com formação superior ou certificado de proficiência em Libras, tampouco um intérprete tradutor de Libras para auxiliar no ensino desses alunos, o que é preocupante.

Subentende-se que esse fato se dá devido à baixíssima quantidade de alunos surdos matriculados nas escolas do município, o que faz com que não haja um interesse maior na contratação de profissionais especializados, para atender melhor às especificidades desse público.

Devido à extensão territorial do Brasil, o número de pessoas surdas, por município, é relativamente baixo (exceto nas capitais), o que dificultava a criação de classes especiais ou salas de recursos, bem como a capacitação de professores para essa minoria. Mesmo havendo um espaço específico para alunos com necessidades especiais, que é a sala do AEE, os professores que atuam nessa modalidade, na maioria dos casos, não possuem uma formação completa para atender, de fato, eficazmente, o alunado surdo que frequenta a sala. Vieira e Ricci (2020, p. 04) destacam que:

A situação gerada pela COVID-19 evidenciou questões já existentes no ensino presencial, agravou estas situações, e, ainda, antecipou outras, demonstrando a necessidade urgente de investimento massivo, em estrutura física e pessoal, para que possamos honrar o que determina nossa Constituição. Trouxe à tona, também, de forma bastante escancarada, a necessidade de formação docente para este “reinventar da escola”, uma vez

posta, de forma que nos parece incontornável, a necessidade de finalmente invertermos a chave das práticas pedagógicas, promovendo um ensino ativo - cuja expressão, apesar de repisada, não encontra aplicabilidade efetiva na maior parte dos sistemas educativos - e tornando, a pedagogia, usuária ativa e indutora das tecnologias.

4. Como está sendo a dinâmica de atividades com os alunos durante a pandemia?

Chegando ao foco do tema da nossa pesquisa, indagamos aos membros da gestão educacional do município como está funcionando a dinâmica das atividades, com esses alunos surdos, durante a pandemia, levando em consideração os perfis apresentados e as dificuldades encontradas, até mesmo nas aulas presenciais.

Fomos informados sobre o fato de, durante a pandemia, devido ao distanciamento social e à quarentena, a solução encontrada pelas escolas para que esses alunos pudessem continuar as aulas foi elaborar, imprimir as atividades e solicitar às famílias o deslocamento até à escola para pegar, quinzenalmente, ou mensalmente aquelas atividades. Pasini, Carvalho e Almeida (2020) ressaltam que “o distanciamento social e a quarentena têm impactado diretamente na vida de todos os brasileiros, especialmente na educação, causando o afastamento presencial de docentes e discentes”.

De acordo com o relato dos entrevistados, no município de Pirpirituba, as tarefas estão sendo entregues na escola pela própria professora do AEE. No caso da aluna A, do terceiro ano, a professora explica aos pais o passo a passo de cada atividade e manda como reforço para casa, o alfabeto ilustrado em Libras, fichas, tabelas numéricas e jogos pedagógicos.

Sabemos que durante esse período de fechamento das escolas, a internet tem sido uma grande aliada dos professores, para a continuidade das aulas. No entanto, levando em consideração as diferenças dos dois alunos surdos, não há possibilidade de haver um contato via internet, pois a aluna A mora na zona rural e não tem acesso às tecnologias. Já o aluno B, além de ser surdo, possui limitações, não tendo condições de participar de uma aula *on-line*.

Em um contexto geral, a família ficou com a responsabilidade de ensinar em casa o que era ensinado na escola, com o suporte das atividades e videoaulas enviadas pelos professores. Contudo, as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda, que estão presentes em todos os âmbitos sociais, na maioria dos casos têm início no seio da família. Em grande parte, essa família é de ouvintes e não conhece a língua de sinais, o que faz com que o surdo se sinta “um estranho no ninho”, sem comunicação efetiva com os demais. Sobre esse contexto, Dalcin (2006, p. 192-193) afirma:

Isolados no meio familiar, impossibilitados de se apropriar da língua materna - a língua oral – eles não têm condições de compartilhar o mesmo código que a mãe. Em consequência, ficam expostos a graves restrições lingüístico-sócio-culturais, que acarretam sérias limitações quanto à sua subjetividade. Por sua vez, essas condições determinam uma estagnação subjetiva e uma exclusão lingüística, que os deixam marginalizados, sem condições de inserção e de apropriação da cultura de seu entorno, a cultura familiar.

Muitas vezes, outros recursos mais fáceis do que a aquisição da Libras são buscados, para promover uma comunicação com o familiar surdo. A exemplo, o aluno B, do sétimo ano, usava aparelho auditivo, no entanto, isso é uma iniciativa unilateral, na qual o ouvinte só está preocupado com que o surdo consiga compreendê-lo, por pouco que seja, mas não está preocupado com a expressão lingüística do surdo, tampouco em entender o que aquele surdo tem a dizer. Diante dessa realidade, podemos inferir que o “ensino em casa”, para esses alunos surdos, tem prejudicado consideravelmente o seu aprendizado, assim como o seu desenvolvimento cognitivo e lingüístico.

A quarentena tem sido marcada pelos relatos das dificuldades enfrentadas pelas famílias para realizar as atividades em casa com as crianças. Em se tratando do aluno surdo inserido em uma família de ouvintes, tudo toma uma proporção ainda maior. Se na escola, onde há professores que estão sendo remunerados para ensinar e têm como “obrigação” se especializar, para atender às diferenças lingüísticas encontradas, esse ensino-aprendizagem já não acontece como deveria, devido as inúmeras deficiências do sistema, podemos presumir que, em casa, esse ensino funciona ainda com menos qualidade, já que as famílias não se sentem responsáveis pela apresentação

de resultados positivos e evolução na aprendizagem desses alunos.

Tivemos acesso a algumas atividades que são disponibilizadas para a aluna A, as quais demonstramos a seguir. As atividades foram enviadas por um membro da gestão educacional do município, via *e-mail*, em arquivo de *Word* e formato de imagem *JPEG*.

Figura 1: Atividades para a Aluna A surda



A BOLA ROLA.



BOLA ROLAR



BOLA



B b

CUBRA AS LETRAS


B B B B B B B B B B B B B B B B
B B B B B B B B B B B B B B B B

b b b b b b b b b b b b b b b b

VAMOS LER.



BOI



BOLA



BOTA



BONECA

VAMOS COPIAR?



BA BE BI BO BU
BA BE BI BO BU
ba be bi bo bu
ba be bi bo bu

PINTE OS DESENHOS QUE COMEÇAM COM A

LETRA  (B)

 LÁPIS	 BOLA	 BOLO	 ESTRELA
 BOLSA	 BALÃO	 BOTA	 BOI

Fonte: Gestão Educacional do Município de Pirpirituba (2020)

Figura 2: Atividades para a Aluna A surda

ESCREVA OS NOMES DOS DESENHOS.



BALEIA



ABELHA



CABIDE



ABACATE



BOCA



BOLA

PINTE O NOME CORRETO DO DESENHO

 BOLO		BOLA	BOLO	BULE
 BOCA		BOCA	BALA	BANANA
 BEBÊ		BOLO	BOI	BEBÊ
 BOLA		BOLA	BALA	BOLO

VAMOS LER E COMPLETAR.



BALA



BOLO



BOI





MENINO



COMER

Fonte: Gestão Educacional do Município de Pirpirituba (2020)

Podemos notar que as atividades são bem ilustradas e contemplam o ensino de Libras e Língua Portuguesa. Utilizam o alfabeto manual e os sinais. No entanto, fica evidente o atraso escolar revelado através do grau de dificuldade da atividade disponibilizada para uma aluna de oito anos de idade. Podemos notar que está sendo oferecida para uma aluna de Ensino Fundamental a atividade de uma criança de Educação Infantil. Contudo, o fato condiz com o relato dos entrevistados, ao afirmarem que a aluna ainda está em fase de alfabetização e não domina nenhuma língua.

Apesar de contemplar o ensino de Libras e Português, levando em consideração a idade da aluna, as atividades têm um caráter obsoleto, pois levam apenas à decodificação de letras e sílabas. Mesmo diante do fato dela não ser alfabetizada, é preciso elaborar e oferecer atividades em que a língua esteja inserida dentro de algum contexto lógico, preferencialmente, próximo à realidade desse aluno surdo. Isso facilitaria a aquisição, compreensão da leitura e escrita do Português. Para os alunos surdos, a língua precisa oferecer sentido.

Tudo isso é apenas uma ilustração a mais para o grande cenário de desigualdade, que envolve a educação de surdos no nosso país. Quando se fala em direito à educação igualitária e de qualidade para todos, espera-se que uma aluna surda de 8 anos de idade, cursando o terceiro ano do Ensino Fundamental tenha a capacidade de acessar os mesmos conteúdos que um aluno ouvinte, nas mesmas condições, como é garantido no art. 28 da LBI, ao dizer que é função do poder público oferecer atendimento educacional especializado e acesso pleno ao currículo, com garantia de igualdade para todos.

De acordo com Vieira e Ricci (2020, p. 02):

A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda há por se fazer, até que alcancemos um patamar de equidade no atendimento a educação - no caso específico do Brasil, fazendo valer o que rege a Carta Magna do País, que garante o acesso igualitário à educação como direito social.

Em tempos de pandemia, cabe-nos refletir sobre como essa atividade é ensinada em casa pelos pais dessa aluna. Nesse caso específico, sem auxílio da professora e da tecnologia. Como vimos, são pessoas que desconhecem totalmente a Libras, não dispõem de nenhum recurso didático para que essa criança compreenda melhor o que precisa aprender, condição que agrava ainda mais o evidente atraso linguístico da criança causando grandes danos futuros. Isso nos leva a concluir que, de fato, a Libras que deveria ser a primeira língua de instrução dessa aluna, tem ficado ainda mais esquecida, pois, não adianta disponibilizar os sinais junto às letras e palavras, se a família não compreende o que está sendo exposto para poder repassar para a criança.

Essa observação nos leva a concluir que, a solução adotada pelo município para dar continuidade a educação desses alunos surdos é ineficaz. Sem o auxílio direto de algum profissional que possua o mínimo de qualificação para o ensino inclusivo de surdos, essas atividades praticamente não têm ajudado essa criança a desenvolver sua percepção e conhecimento linguístico, ou seja, não apresentam sentido algum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados expostos, é inevitável não perceber que, para a Educação, a pandemia adquiriu um caráter revelador, trazendo à tona realidades particulares, conflitos de interesses e desnudando a difícil rotina escolar dos alunos surdos, que não dispõem da assistência necessária para adquirir o conhecimento linguístico, que lhes é de direito e assegurado por lei.

O distanciamento social expôs o nível de atraso e desigualdade que existe entre surdos e ouvintes, não só no contexto escolar, mas também no seio familiar, assim como também pôs à prova o preparo de muitos professores, os desafiando a se reinventar. Consequentemente, essa situação que a pandemia impôs à Educação também revelou o desinteresse das autoridades competentes em investir em inclusão dentro das escolas. É notória a incapacidade de muitas instituições escolares em oferecer um amparo básico para os alunos surdos, isso inclui até o mínimo garantido por lei, que é a presença de um professor e de um intérprete de Libras durante as aulas.

Consideramos importante ressaltar que não estamos a afirmar que a escola e seu corpo docente, tampouco os membros da gestão educacional do município de Pirpirituba, são responsáveis pela possível “precarização” dos meios de inclusão dos alunos surdos durante o ensino remoto. Sabemos que os profissionais da Educação têm assumido o papel de verdadeiros heróis dentro do contexto educacional caótico que a pandemia trouxe para o ano letivo de 2020. As escolas trabalham com as ferramentas que o sistema lhes oferece.

É fatídico que a exclusão dos surdos é uma realidade que vem de uma cultura antiga, que se perpetua ao longo dos anos. Somos conhecedores das dificuldades e lutas dessa comunidade, para o enfrentamento de preconceitos e validação de seus direitos, principalmente os linguísticos. Voltando-se para a conjuntura do município de Pirpirituba, mesmo havendo uma quantidade mínima de alunos surdos matriculados, direitos foram feitos para serem respeitados e leis foram criadas para serem cumpridas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa de caráter descritivo e exploratório põem em evidência uma pequena parte da problemática vivida pelos alunos surdos, do município de Pirpirituba, durante o ensino a distância na pandemia. Alunos que não possuem acesso às tecnologias e não participam de aulas *on-line*, ou do compartilhamento de vídeos explicativos para melhor compreensão dos conteúdos. Alunos que estão ficando sujeitos apenas ao auxílio familiar, algo que funciona como uma espécie de elemento neutro, já que nessa ajuda o ensino de libras não é contemplado. Isso acarreta uma defasagem no desenvolvimento linguístico e sociocognitivo desses alunos, em fase de alfabetização, interferindo na correta aquisição da linguagem, gerando dificuldades na real compreensão de enunciados e na resolução das atividades, que são mandadas para casa.

Concluimos afirmando que a alternativa ofertada pelas escolas de Pirpirituba, para garantir a continuação do ensino dos alunos surdos durante a pandemia, assim como o ensino remoto para surdos de uma maneira geral, não tem conseguido obter um saldo positivo, no que diz respeito ao verdadeiro objetivo da educação e do aprendizado da língua, que é formar seres sociais, pensantes, independentes e capazes de interagir com o ambiente ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm. Acesso em set./2020.

_____. **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em set./2020.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência): promulgada em 06 de julho de 2015/obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCD Legal. - Vitória: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 2016. (Projeto PCD Legal). Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/lbi/wpcontent/themes/pcdlegal/media/downloads/lbi_simples.pdf Acesso em 08 de setembro de 2020.

DALCIN, Gladis. Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In: **Estudos surdos I** / Ronice Müller de Quadros (org.). – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/22504233/livro-e-book-prodanov-e-freitas-metodologia-do-trabalho-cientifico> . Acesso em 27 de novembro de 2020

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

IBGE (**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**), acesso em 20 de setembro de 2020, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama>

PASINI Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO Élvio de; ALMEIDA Lucy Hellen Coutinho. A Educação Híbrida em Tempos de Pandemia: Algumas Considerações. Universidade Federal de Santa Maria, **Observatório Socioeconômico da COVID-19**. FAPERGS. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> . Acesso em 06 de setembro de 2020.

PATROCÍNIO Paulo Roberto Tonani do; SANTOS Ddináh Maria dos. **A surdez como diferença: Notas de pesquisa**. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/download/33895/24957 . Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

QUADROS Ronice Müller de; SCHMIEDT Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SHIMAZAKI Elsa Midori, MENEGASSI Renilson José, FELLINI Dinéia Ghizzo Neto. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> . Acesso em: 06 de setembro de 2020.

SKLIAR, Carlos. **Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

VIEIRA Letícia, RICCI Marques C. C. A Educação em Tempos de Pandemia: Soluções Emergenciais Pelo Mundo. OEMESC: **Observatório do Ensino Médio em SANTA Catarina**. Editorial de Abril/2020. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL_Let_cia_Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf . Acesso em 06 de setembro de 2020.

VILHALVA Shirley. ARRUDA Cícera Celma Cosmo de. ALBRES Neiva de Aquino. Desafios na Formação Continuada de Profissionais para Educação Inclusiva e Bilíngue de Surdos – O CAS Como Política de Ação do MEC. In: **Libras em estudo: formação de profissionais** / Neiva de Aquino Albres e Sylvania Lia Grespan Neves (organizadoras). – São Paulo: FENEIS, 2014. 157 p. (Série Pesquisas) Disponível em: https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2014-ALBRES-e-NEVES_LIBRAS_Form_profissionais.pdf . Acesso em 06 de setembro de 2020.